



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



TERMO DE AUTUAÇÃO

PROTOCOLO DO PROCESSO

032633/2024

Este processo pode ser consultado por meio digital através da URL:
<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acaoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2>

Chave de acesso: 77e71e4c-0945-49d0-a396-56c26c23efe3

AUTUADO EM	Terça-feira, 29 de Outubro de 2024
LOCAL DA AUTUAÇÃO	INFRAESTRUTURA - COMISSAO DE PREGAO II
AUTUADO POR	EVELINE CÂMARA DA FONSECA
INTERESSADO (S)	
BRASSING COMERCIO LTDA ME	

RESUMO

Impugnação ao Edital do PE nº 90.113/2024 - Processo Administrativo nº 17.709/2024. Empresa: BRASSING COMÉRCIO LTDA ME - CNPJ nº 19.221.642/0001-49.

DATA:29/10/2024





BRASSING COMERCIO LTDA - ME

CNPJ: 19.221.642/0001-49

Insc. Estadual 86.583.682

EXCELENTÍSSIMO(A) PREGOEIRO(A) DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Assunto: PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO -
PREGÃO ELTRÔNICO Nº 90.113/2024-SRP.

Processo Administrativo nº 17.709/2024

A empresa BRASSING COMERCIO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 19.221.642/0001-49, vem, por intermédio de seu representante legal, o Sr. Alvaro Alex Neves do Nascimento, portador da Carteira de Identidade nº 10803962-9-IFP-RJ e do CPF nº 085.578.527-62, apresentar **IMPUGNAÇÃO** face ao EDITAL DE LICITAÇÃO do PREGÃO ELTRÔNICO Nº 90.113/2024-SRP. Processo Administrativo nº 17.709/2024, com base nas inconsistências e irregularidades expostas a seguir:

- Do Prazo:

A data fixada para abertura da sessão pública da licitação ora em vista está agendada para que ocorra em 31/10/2024. Nos termos do Edital, o prazo para apresentação de impugnação aos termos do Edital encerra-se 03 (três) dias úteis antes daquela data, logo em 28/10/2024. Apresentada a presente nesta data, 25/10/2024, considera-se, portanto, tempestivo o pedido.

- Das Razões Impugnatórias:

Achado 1 – Dos Motivos Ensejadores Da Impugnação;

DA QUILOMETRAGEM

Torna-se público para conhecimento dos interessados que o MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ, sediado na Av. Alberto Braune, 225, Centro, Nova Friburgo, RJ, realizará licitação para **REGISTRO DE PREÇOS** com participação **AMPLA**, na modalidade PREGÃO, na **forma ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, critério de julgamento **GLOBAL POR LOTE**, nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 2021, com aplicação subsidiária, da Lei Complementar nº 123/06, Decreto Federal nº 11.462/ 2023, Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

A mencionada lei em seu artigo 5º prevê a observância pelo Pregoeiro de determinados princípios básicos, senão vejamos:

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do



BRASSING COMERCIO LTDA - ME

CNPJ: 19.221.642/0001-49

Insc. Estadual 86.583.682

interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

...”

Verifica-se, portanto, que a **LEGALIDADE** e **COMPETITIVIDADE** são princípios básicos do procedimento licitatório. Tal previsão encontra abrigo na Carta Magna, em seus artigos 5º, II e art. 37, que determina **DEVER** da Administração pública de apenas fazer ou deixar de fazer aquilo que é previsto na legislação.

No caso vertente vislumbra-se que o Edital **NÃO OBEDECE AS DISPOSIÇÕES EM VIGOR ATINENTES À ESPÉCIE**, eis que contém cláusulas que são totalmente em desacordo com a legislação vigente.

De análise do Edital regulador do certame, não se evidencia-se no Termo de Referência (Anexo I) a quilometragem de partida, ou seja, a quilometragem mínima na qual o serviço seja prestado sem causar prejuízo à empresa contratada que disponibilizará de equipamento e mão-de-obra para sua execução.

A Impugnante se refere à inviabilidade de formular uma proposta comercial, considerando a ausência de informações que tragam o mínimo de segurança para participação no certame licitatório.

Portanto, a manutenção dessa exigência prejudica sobremaneira o Princípio da Ampla Competitividade, e, por consequência, a obtenção da proposta mais vantajosa, por inibir a presença de Licitantes comprometidas com o pleno atendimento das condições estabelecidas no Edital, como a Impugnante, que poderá não participar por conta de falta de informações.

Nesse sentido aponta o Tribunal de Contas da União¹,

“A ampliação da disputa entre os interessados tem como consequência imediata a redução dos preços. Aliada à celeridade, a competitividade é característica significativa do pregão. A possibilidade de simplificar o procedimento licitatório, sem perda da essência da competitividade e da isonomia, deve marcar toda licitação.”

¹ Acórdão 1547/2004 Primeira Câmara (Voto do Ministro Relator). TCU.



BRASSING COMERCIO LTDA - ME

CNPJ: 19.221.642/0001-49

Insc. Estadual 86.583.682

Nesse sentido, torna-se imprescindível a inclusão da quilometragem de partida, a fim de se alcançar a seleção da proposta mais vantajosa, conforme dispõe o art. 5º da lei 14.133/2021:

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).”

Imperioso destacar que a licitação é um procedimento administrativo, composto de atos ordenados e legalmente previstos, mediante os quais a Administração Pública busca selecionar a proposta mais vantajosa.

Todavia, cada um dos seus atos deve ser conduzido em estrita conformidade com os princípios constitucionais e os parâmetros legais.

Neste sentido, elucidamos as palavras do renomado Hely Lopes Meirelles, vejamos:

“A escolha da proposta será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Igualdade, da Publicidade, da Probidade Administrativa, da Vinculação ao Instrumento Convocatório, do Julgamento Objetivo e dos que lhes são correlatos. ”

Do exposto, resta claro e evidente que a inclusão da quilometragem de partida, no Termo de Referência, Anexo I do instrumento convocatório, amplia a competição e dá a devida oportunidade aos demais interessados em participar do certame licitatório.

Ressalta-se o ensinamento de Marçal Justen Filho de que, muito embora o processo licitatório seja regido pelo princípio da vinculação, não pode a Administração justificar seus atos com a invocação de que a exigência não amplia sua segurança, se a redução da segurança corresponde em uma considerável restrição da transparência.

Outrossim, a Carta Magna vincula os atos da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, e dispõe:



BRASSING COMERCIO LTDA - ME

CNPJ: 19.221.642/0001-49

Insc. Estadual 86.583.682

“Art. 37 [...] XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômicas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”
(Grifo nosso).

Insta destacar o disposto no Art. 9º, da Lei 14.133/2021:

“Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:
comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;

III - opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.

§ 1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

§ 2º As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou



BRASSING COMERCIO LTDA - ME

CNPJ: 19.221.642/0001-49

Insc. Estadual 86.583.682

**representante de empresa que preste assessoria técnica.”
(Grifo nosso)**

No mais, fica visível que a Administração Pública ao incluir a quilometragem de partida, busca oportunizar que todos os interessados possam participar do certame licitatório com mais segurança.

- DESFECHO

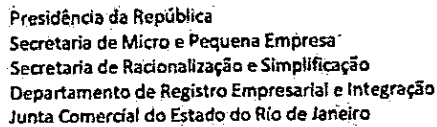
Postas em mesa todas essas irregularidades e incongruências do Edital e seus anexos do EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.113/2024 - SRP, é inescusável a imprescindibilidade da REVOGAÇÃO do instrumento convocatório do certame, para sua correção e posterior republicação, a fim de garantir a lisura do certame e o sucesso no atendimento ao supremo interesse público de que se reveste.

São Gonçalo-RJ, 25 de outubro de 2024.



Documento assinado digitalmente
ALVARO ALEX NEVES DO NASCIMENTO
Data: 25/10/2024 13:13:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Alvaro Alex Neves do Nascimento
CPF Nº: 085.578.527-62
Representante Legal



33.2.0963639-1

Sociedade empresária limitada

Microempresa

Nº do Protocolo

Sindcom Cabo Frio

Data de criação do protocolo na web: 24/05/2023
17:44:39

01-2023/408158-9

REQUERIMIENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

BRASSING COMERCIO LTDA ME

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]**Requerente**

Local

Data

Nome:	<i>George Henrique S. V.</i>
Assinatura:	<i>[Handwritten Signature]</i>
Telefone de contato:	
E-mail:	
Tipo de documento:	Híbrido
Data de criação:	24/05/2023
Data da 1ª entrada:	



01-2023/408158-9



QUINTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA EMPRESA

"BRASSING COMERCIO LTDA"

CNPJ 19.221.642/0001-49

Pelo presente instrumento particular, JOSÉ CARLOS DO NASCIMENTO, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 10/06/1973, portador da carteira de identidade nº 09907406-1 DETRAN/RJ, e do CPF nº 032.705.207-43, residente e domiciliado à Rua Cambuquira, nº 428 - Santa Rita do Zarur - Volta Redonda - RJ - CEP 27.288-350 e;

Pelo presente instrumento particular, ALVARO ALEX NEVES DO NASCIMENTO, brasileiro, casado em regime de união estável, administrador, nascido em 12/08/1978, portador da carteira de identidade nº 10.803.962-9 IFP/RJ, e do CPF nº 085.578.527-62, residente e domiciliado à Rua Cambuquira, nº 721 - Santa Rita do Zarur - Volta Redonda - RJ - CEP. 27.288-350.

Titulares da empresa "BRASSING COMÉRCIO LTDA", com seus Atos Constitutivos devidamente arquivados, pelo contrato social registrado sob o nº 33.2.0963639-1, inscrita no CNPJ 19.221.642/0001-49, com sua sede a Rua Santa Terezinha - Nº 590 - Niterói - Volta Redonda- RJ - CEP 27.283-200, RESOLVEM, por este instrumento particular de alteração contratual, alterar seu contrato e alterações anteriores, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

Cláusula Primeira - MUDANÇA DE ENDEREÇO conforme abaixo:

De: Rua Santa Terezinha - Nº 590 - Niterói - Volta Redonda-RJ - CEP 27.283-200;

Para: Rua Luiz Camilo - Nº 19 - Ap 101-Parte - Gradim - SG - São Gonçalo-RJ - CEP 24.430-735.

Cláusula Segunda - MUDANÇA DE SÓCIO conforme abaixo:

Não se interessando mais em permanecer na sociedade, retira-se da mesma o sócio JOSÉ CARLOS DO NASCIMENTO, acima qualificado, e com o não interesse e consentimento do outro sócio remanescente ALVARO ALEX NEVES DO NASCIMENTO, cede e transfere a totalidade de suas cotas, que são, 50% correspondente a R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), a qual deu total quitação, ao novo sócio JORGE HENRIQUE JANUARIO GOMES, contador, casado em regime de comunhão parcial de bens, residente e domiciliado à Rua Comandante Ari Parreira Nº 2111 - Ap 102 - Paraíso - São Gonçalo-RJ - CEP 24.426-675, portador da carteira identidade nº 09040764-4 DETRAN/RJ e CPF nº 937.804.437-91.

Devido a alteração dos sócios o Capital Social da empresa ficará assim distribuído:

SÓCIO	Nº COTAS	%	VALOR
ALVARO ALEX NEVES DO NASCIMENTO	250.000	50	250.000,00
JORGE HENRIQUE JANUARIO GOMES	250.000	50	250.000,00
TOTAL	500.000	100	500.000,00

J
Leves

CONSOLIDAÇÃO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

A Sociedade girará sob a Denominação de **BRASSING COMERCIO LTDA.**

CLÁUSULA SEGUNDA: DA SEDE

A Sociedade tem nova sede a Rua Luiz Camilo – Nº 19 – Ap 101-Parte - Gradim – SG – São Gonçalo – RJ CEP 24.430-735.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS ATIVIDADES ECONOMICAS.

A Sociedade tem como objeto social o ramo de:

Principal

77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor

CODIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONOMICAS SECUNDARIAS

18.13-0-01 - Impressão de material para uso publicitário
18.22-9-99 - Serviços de acabamentos gráficos, exceto encadernação e plastificação
33.11-2-00 - Manutenção e reparação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras, exceto para veículos
33.12-1-02 - Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle
42.11-1-02 - Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos
43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material
45.11-1-02 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados
45.12-9-02 - Comércio sob consignação de veículos automotores
45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
46.41-9-03 - Comércio atacadista de artigos de armarinho
46.42-7-02 - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho
46.46-0-02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal
46.49-4-01 - Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico
46.49-4-05 - Comércio atacadista de artigos de tapeçaria; persianas e cortinas
46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
46.49-4-99 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente
46.64-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças
46.69-9-01 - Comércio atacadista de bombas e compressores; partes e peças
46.69-9-99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças
46.79-6-02 - Comércio atacadista de mármore e granitos
46.79-6-04 - Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente
46.92-3-00 - Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários
47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas
47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
47.32-6-00 - Comércio varejista de lubrificantes
47.41-5-00 - Comércio varejista de tintas e materiais para pintura
47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico
47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas
47.44-0-02 - Comércio varejista de madeira e artefatos
47.44-0-03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis
47.55-5-03 - Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho
47.56-3-00 - Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios
47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente
47.61-0-01 - Comércio varejista de livros
47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria
47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos
47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: BRASSING COMERCIO LTDA ME

NIRE: 332.0963639-1 Protocolo: 01-2023/408158-9 Data do protocolo: 25/05/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/05/2023 SOB O NÚMERO 00005502607 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 5174C5A7879437F78A5B42F899A695EFA51215FFB00CD6EA3E5F0E4742A5A6F1

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



- 47.63-6-04 - Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping
- 47.63-6-05 - Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos; peças e acessórios
- 47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
- 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
- 47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários
- 47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente
- 49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
- 56.20-1-02 - Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê
- 77.19-5-99 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor
- 77.21-7-00 - Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos
- 77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes
- 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios
- 81.22-2-00 - Imunização e controle de pragas urbanas
- 81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente
- 85.92-9-99 - Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente
- 85.99-6-03 - Treinamento em informática
- 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
- 90.01-9-06 - Atividades de sonorização e de iluminação
- 93.29-8-99 - Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente
- 95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos
- 95.12-6-00 - Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação
- 95.21-5-00 - Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico
- 95.29-1-05 - Reparação de artigos do mobiliário
- 95.29-1-99 - Reparação e manutenção de outros objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente

CLÁUSULA QUARTA: DO CAPITAL SOCIAL.

O Capital social é de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), dividido em 500.000 (quinhentas mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritos e integralizados em moeda corrente do país e ficarão distribuídos conforme abaixo:

SÓCIO	Nº COTAS	%	VALOR
ALVARO ALEX NEVES DO NASCIMENTO	250.000	50	250.000,00
JORGE HENRIQUE JANUARIO GOMES	250.000	50	250.000,00
TOTAL	500.000	100	500.000,00

CLÁUSULA QUINTA: DA RESPONSABILIDADE.

A Responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas de capital, respondendo solidariamente pela total integralização do capital social de conformidade com o Art. 1052 da Lei Nº 10406/2002.

Parágrafo único: Segundo remissão determinada pelo Art. 1504 da Lei N 10406/2002 e Art. 997 da mesma legislação, fica expresso que o TITULAR não respondendo subsidiariamente pelas obrigações sociais.

CLÁUSULA SEXTA: DA ADMINISTRAÇÃO.

A Sociedade é gerida e administrada pelo sócio, JORGE HENRIQUE JANUARIO GOMES, que representará a sociedade Ativa e Passiva, Judicial e Extrajudicial, vedado o uso do nome comercial da empresa em assuntos alheios aos interesses da sociedade ora constituída, seja em favor de qualquer um, dos sócios cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade avalizar, ou contratação de empréstimo de qualquer natureza, que

J
L
G

desentenderá também da assinatura em conjunto de todo os sócios. O Sócio o administrador JORGE HENRIQUE JANUARIO GOMES, é sócio cotista da empresa.

Parágrafo Primeiro: Nos termos do Art. 1081 da Lei Nº 40406/2002, fica permitida a alteração deste instrumento para permitir a nomeação de administradores não integrantes do quadro societário, desde que aprovado por maioria nos termos da legislação.

Parágrafo segundo: Fica facultado o administrador, atuando sempre em conjunto, nomear procuradores para o período determinado, nunca excedente a 12(doze) meses, devendo o instrumento de procuração especificar os atos a serem praticados pelos procuradores, bem como suas limitações.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PROLABORE.

O sócio administrador poderá de comum acordo a qualquer tempo, fixar por períodos nunca inferiores a 12(doze) meses, de conformidade com a Lei, uma retirada mensal pelo exercício da sociedade a título de Pro Labore, respeitando as limitações legais e vigentes considerando-se como despesa da sociedade.

CLÁUSULA OITAVA: DO BALANÇO.

O início das operações sociais, data do arquivamento do contrato primitivo na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e a sua duração e por tempo indeterminado, encerrando o exercício do ano fiscal todo dia 31 de dezembro de cada ano, quando será procedido o levantamento do balanço do exercício, sendo os lucros ou prejuízos verificados, distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção da importância de suas participações nas cotas do capital social da sociedade.

Parágrafo Único: A critério dos sócios e no atendimento dos interesses da própria empresa o total ou partes dos lucros poderá compor a Reserva de Lucros para futura destinação.

CLÁUSULA NONA: DA CESSÃO DE COTAS.

As quotas de capital da empresa são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a outros sem o expresse consentimento da sociedade, cabendo em igualdade de condições e preços o direito de preferência ao sócio cotista da sociedade que queira adquiri-las.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA FALÊNCIA OU EXTINÇÃO.

Em caso de declaração judicial de falência dos sócios ou extinção de uma empresa participante do capital social, o montante da importância de sua participação será apurado em balanço extraordinário ao exercício fiscal, e reembolsado na forma do parágrafo primeiro da cláusula anterior, ou de acordo com a decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE.

A Empresa não se dissolverá pela morte, interdição ou qualquer forma de incapacidade ou impedimento legal, falência ou insolvência do titular, ou ainda no caso de condenação judicial, inclusive partilha decorrente de dissolução conjugal ou divórcio de um ou alguns dos sócios, pela qual as quotas de capital.

Parágrafo único: Falecido ou interditado o sócio, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros sucessores. Não sendo possível ou inexistindo o interesse deste ou dos sócios remanescente o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na sustação

J. Leary



BRASSING COMERCIO LTDA - ME


CNPJ: 19.221.642/0001-49

Insc. Estadual 86.583.682

PROCURAÇÃO


Por este instrumento particular de procuração, a empresa Brassing Comercio Ltda - ME, estabelecida com sede social à Rua Luiz Camilo – Nº 19 Ap. 101 Parte – Gradim – São Gonçalo-RJ – CEP.: 24.430-735, inscrita no CNPJ nº 19.221.642/0001-49, conforme Instrumento Particular de Constituição, neste ato representada pelo Sr. **Jorge Henrique Januario Gomes**, brasileiro, contador, portador da cédula de identidade nº 09040764-4, expedida pelo DETRAN-RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 937.804.437-91, residente e domiciliado na Rua Comandante Ari Parreira, nº 2.111, apto 102, Paraíso, São Gonçalo-RJ CEP 24426-675, nomeia e constitui seu bastante procurador o Sr. Alvaro Alex Neves do Nascimento, brasileiro, casado, administrador, residente e domiciliado à Rua Cambuquira – Nº 721 – Santa Rita do Zarur – no município de Volta Redonda – Estado do Rio de Janeiro – CEP.: 27.288-355, portador da carteira de identidade nº 10803962-9, expedida pelo IFP-RJ, portador de o CPF n 085.578.527-62, com plenos poderes representá-la perante repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias, cartórios de notas e registro de títulos e documentos, sociedade de economia mista, receita federal, ministérios em geral, instituições, fundações, inclusive IPEA, Sindicatos, ANATEL, ANEL, Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, DETRAN, CONTRAN, DNER, companhia de seguros, Inspetorias de Trânsitos, Delegacias de roubos e furtos, Secretaria de Segurança Pública, Caixa Econômica Federal: requerer, alegar e assinar o que for preciso; juntar e retirar documentos; apresentar e assinar quaisquer guias; requerer certidões; alvarás diversos e demais autorizações; acompanhar e dar andamento a processos; pedir vista; cumprir exigências; tomar ciência de despachos; pagar importâncias, seja a que título for, participar de licitações em todas as modalidades, nas esferas federais, estaduais e municipais, inclusive pregão presencial e eletrônico, com plenos poderes para assinar contratos, atas, apresentar propostas e documentos, receber cheques, prestar declarações e apresentar provas, interpor recursos, deles desistir, formular ofertar lances de preços, podendo na citada repartições participar de licitações, concordar, discordar, aceitar, recusar, substabelecer poderes, enfim, podendo praticar todos os demais atos necessários para o bom e fiel cumprimento desta procuração.

São Gonçalo-RJ, 10 de Janeiro de 2024.


Documento assinado digitalmente
 JORGE HENRIQUE JANUARIO GOMES
Data: 10/01/2024 18:06:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

BRASSING COMERCIO LTDA - ME
Jorge Henrique Januario Gomes


Endereço: **Luis Camilo, Nº 19, Ap. 101 parte – Gradim – São Gonçalo–RJ – CEP.: 24.430-735**
Telefax: **(24) 99870-2970** - E-mail: brassing.comercio@gmail.com



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
2101696200



NOME
ALVARO ALEX NEVES DO NASCIMENTO

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF
108039629 IFP RJ

CPF
085.578.527-62

DATA NASCIMENTO
12/08/1978

FILIAÇÃO
LUIZ EUGENIO DO NASCIMENTO
MARIA APARECIDA N DO NASCIM
ENTO

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
AD

Nº REGISTRO
03992948173

VALIDADE
15/12/2025

1ª HABILITAÇÃO
12/12/2006

OBSERVAÇÕES
EAR

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
PINHEIRAL, RJ

DATA EMISSÃO
28/12/2020

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

65588486822
RJ425327523

RIO DE JANEIRO

DENATRAN CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão II

À Secretaria Municipal de Saúde

Processo Licitatório nº 1.709/2024, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.113/2024, que tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (PACIENTES E ACOMPANHANTES)**, considerando como itinerário o trajeto que vai do município de embarque qual seja, Nova Friburgo ao Município/Local de desembarque pré-determinado pela Central de Regulação/TFD (Tratamento Fora de Domicílio), Coordenação de Saúde Auditiva, Programa Melhor em Casa e Atenção Básica (Saúde da Criança, Adolescente e Aleitamento Materno), pelo período de 01 (um) ano.

Trata-se de **IMPUGNAÇÃO** interposta pela empresa **BRASSING COMÉRCIO LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 19.221.642/0001-49, com fulcro no artigo 164 da Lei n.º 14.133/2021 e artigo 16 da IN SEGES/ME nº 73/2022, por intermédio de seu representante legal, **tempestivamente**, contra os termos do Edital do **Pregão Eletrônico n.º 90.113/2024**.

I. DO RELATÓRIO

Em breve síntese, insurge-se a Impugnante contra as especificações técnicas do Termo de Referência, ao alegar que: i.) *“não se evidencia-se no Termo de Referência (Anexo I) a quilometragem de partida, ou seja, a quilometragem mínima na qual o serviço seja prestado sem causar prejuízo à empresa contratada que disponibilizará de equipamento e mão-de-obra para sua execução”*; e que ii.) a ausência da quilometragem acarreta a “inviabilidade de formular uma proposta comercial, considerando a ausência de informações que tragam o mínimo de segurança para participação no certame licitatório.”



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão II

Requer, ao final, o recebimento e a procedência da Impugnação para republicação do Edital devidamente retificado.

II. DA DILIGÊNCIA

Por todo o exposto, tendo em vista que as alegações são de cunho estritamente técnico, encaminho o presente processo, na forma que dispõe o artigo 16º, parágrafo §1º da IN SEGES/ME nº 73/202 e o subitem 26.11 do Edital do Pregão Eletrônico em referência, para pronunciamento de ordem técnica do Setor Requisitante do objeto licitado, a fim de subsidiar a decisão deste Pregoeiro ante a impugnação interposta.

Ademais, sugiro que o Setor Técnico apresente a média de quilometragem aferida no exercício anterior para a prestação do serviço ora licitado e demais dados que considere pertinentes à ampliação da segurança jurídica, publicidade e transparência para participação dos licitantes.

Por fim, informo que a realização do referido certame se encontra agendada para a data de 31 de outubro de 2024, o que impõe urgência na análise e manifestação quanto à presente Impugnação.

Nova Friburgo, 29 de outubro de 2024.

JONATHAN PINHEIRO CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matrícula nº 206.870



SECRETARIA
DE SAÚDE

Ges
tão
de

Processos, Contratos e Convênios – SMS

Processo nº 32633/2024

Trata-se de impugnação interposta pela empresa **BRASSING COMÉRCIO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 19.221.642/0001-49**, ao instrumento editalício referente ao Pregão Eletrônico nº 90.113/2024, oriundo do procedimento licitatório autuado sob o nº 17709/2024, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (PACIENTES E ACOMPANHANTES), considerando como itinerário o trajeto que vai do município de embarque qual seja, Nova Friburgo ao Município/Local de desembarque pré-determinado pela Central de Regulação/TFD (Tratamento Fora de Domicílio), Coordenação de Saúde Auditiva, Programa Melhor em Casa e Atenção Básica (Saúde da Criança, Adolescente e Aleitamento Materno).

Em atenção a peça de bloqueio apresentada aos autos, bem como a Manifestação do Ilmo. Pregoeiro da Comissão de Pregão II acostada às fls. 16/17, remetemos os presentes autos à Central de Regulação, Controle e Avaliação para ciência e manifestação, **haja vista se tratar de questões técnicas do serviço à ser contratado.**

Cabe ressaltar que o Pregão Eletrônico em referência encontra-se com a data da sessão pública de licitação suspensa, aguardando a resolução da presente Impugnação.

Nova Friburgo/RJ, 29 de outubro de 2024.

Gilmara Guimarães de Souza
Gestão de Processos e Contratos - SMS





SECRETARIA
DE SAÚDE





**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

**S E C R E T A R I A
D E S A Ú D E**

GERÊNCIA DE REGULAÇÃO,
CONTROLE E AVALIAÇÃO

MEMO Nº 220/2024/PMNF/SMS/GRCA

Nova Friburgo, 29 de Outubro de 2024.

À Secretária Municipal de Saúde/-
GABRIEL COSTA WENDERROSCHY
Av. Alberto Braune, 225. Centro
CEP: 28605-020. Nova Friburgo RJ

Assunto: solicitação de informação

Referência: Defesa impugnação pregão eletrônico 90113/2024 - RESTRIÇÃO À
COMPETITIVIDADE. IMPROCEDÊNCIA.

Sobrepondo se ao solicitado pela licitante BRASSING COMERCIO LTDA - ME, inscrita sob o CNPJ nº19.221.642/0001-49, responsável pelos atos licitatórios, providências quanto as exigências mencionadas ao edital supracitado em que se menciona A EXIGÊNCIA QUANTO A QUILOMETRAGEM DE PARTIDA, ou seja, a quilometragem de partida causar prejuízo a empresa contratada, não compromete a competitividade do certame e se encontra em harmonia com a ordem normativa.

A denunciante, empresa prestadora de serviços de transporte, questiona a legalidade da cláusula prevista no edital em que se normativa da ausência de informação quanto a quilometragem mínima, em que dificulta a participação.

Com efeito, conforme já explicitado no edital, não há que se falar em restrição à competitividade, de fato, verifica-se que não há proibição para que o gestor público, no exercício da sua discricionariedade, opte pela exigência de prazo de fabricação de veículos inferior ao estabelecido no referido diploma normativo, não se exigindo, de forma igual a todos os participantes a determinação de conformidade a quilometragem mínima, não exigindo tal quilometragem mínima inicial.

A finalidade moral da licitação é o transporte, de forma digna, salubre e segura, de pacientes e acompanhantes que frequentam as diferentes referências de atendimento SUS da municipalidade devido a pactuação Estadual estabelecida, devendo, desta forma, o Poder Público primar pelo respeito irrestrito de seus direitos.

Assim, diante da relevância do transporte de pacientes e seus acompanhantes para efetivação do acesso à saúde e para garantia dos direitos dos usuários do SUS, constitucionalmente previstos, é razoável que o órgão licitador, em juízo de conveniência e oportunidade, opte por maior segurança dos usuários e melhor qualidade do serviço prestado.

Observa se neste sentido, contextualiza se a obrigatoriedade ao que se diz respeito as regras gerais para a utilização do processo, em sua tese, as características ao registro de preço, não sendo possível estabelecer quantidade mínima garantida diária ao consumo processual em quilometragem dos usuários SUS as unidades pactuadas, ou seja, possuímos um enorme fluxo, muitas das vezes é necessária realização de reagendamento dos procedimentos/consultas quando se esgotam as possibilidades de transporte.

Não bastasse, desde que observadas as balizas legais, a escolha da melhor forma de contratação cabe ao Administrador, utilizando-se de critérios de conveniência e oportunidade, resguardando-se a isonomia entre



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

**S E C R E T A R I A
D E S A Ú D E**

GERÊNCIA DE REGULAÇÃO,
CONTROLE E AVALIAÇÃO

os licitantes, a vantajosidade para a Administração e a sustentabilidade (inteligência do art. 3º do Estatuto Nacional de Licitações e Contratos).

Destaque-se que a vantajosidade envolve tanto o custo a ser arcado pela Administração quanto a prestação a ser executada pelo particular, numa relação de custo-benefício. Assim, ela deve ser examinada segundo diversos aspectos além do econômico.

Nesse sentido, valho-me da doutrina de Marçal Justen Filho:

“A vantagem caracteriza-se como a adequação e satisfação do interesse coletivo por via da execução do contrato. [...]. A maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação” (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 15ª edição. São Paulo: Dialética, 2012. p. 61).

Dessa forma, na hipótese dos autos, não houve violação ao caráter competitivo do procedimento, pois a exigência de tempo máximo de fabricação dos veículos utilizados para o transporte de pacientes e seus acompanhantes é razoável e se mostra compatível com valores protegidos pela ordem jurídica e caros à Administração Pública, buscando-se obter a proposta mais vantajosa e que melhor atenda aos anseios da população local.

Conclusão:

Por todo o exposto, considerando que não foi confirmada a impropriedade apontada, acorde com a unidade técnica, manifesto-me pela improcedência da denúncia.

Frederico de Castro Alves
Coordenador de Nível Superior de Regulação, Controle e Avaliação
SMS - Nova Friburgo
Matrícula 382.291



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão II

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO

Processo Licitatório nº 1.709/2024, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.113/2024, **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (PACIENTES E ACOMPANHANTES)**, considerando como itinerário o trajeto que vai do município de embarque qual seja, Nova Friburgo ao Município/Local de desembarque pré-determinado pela Central de Regulação/TFD (Tratamento Fora de Domicílio), Coordenação de Saúde Auditiva, Programa Melhor em Casa e Atenção Básica (Saúde da Criança, Adolescente e Aleitamento Materno), pelo período de 01 (um) ano.

Em cumprimento ao disposto nos termos do artigo 16º, parágrafo §1º, da IN SEGES/ME nº 073 de 30 de setembro de 2022, o Pregoeiro desta Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, instituído pela Portaria nº 689 de 05 de junho de 2024, da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, procedeu ao julgamento da Impugnação interposta pela empresa **BRASSING COMÉRCIO LTDA - ME**, doravante denominada Impugnante, em 25 de outubro de 2024, portanto, tempestiva, contra os termos do Edital do **Pregão Eletrônico nº 90.133/2024**, informando o que se segue:

I. DO RELATÓRIO

Trata-se de impugnação interposta pela empresa **BRASSING COMERCIO LTDA - ME**, inscrita no CNPJ nº 19.221.642/0001-49, representada legalmente pelo Sr. Alvaro Alex Neves do Nascimento, em face do edital do Pregão Eletrônico nº 90.113/2024, que visa ao Registro de Preços para futura e eventual contratação de serviços de transporte de passageiros (pacientes e acompanhantes) no trajeto entre o município de Nova Friburgo e locais pré-determinados pela Central de Regulação/TFD.

A impugnante alega que o Termo de Referência, ao não especificar uma quilometragem mínima de partida, comprometeria a possibilidade de formulação de uma



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão II

proposta comercial segura, configurando restrição à competitividade e violação dos princípios da legalidade, transparência e ampla competitividade.

Requer, ao final, o recebimento e a procedência da impugnação para republicação do edital devidamente retificado.

II. DA FUNDAMENTAÇÃO E ANÁLISE TÉCNICA

A questão impugnada foi submetida ao Setor Técnico Requisitante, que emitiu parecer detalhado (Memorando nº 220/2024), onde foram expostos os motivos pelos quais a especificação de uma quilometragem mínima não é viável, sendo desnecessária para os fins do certame.

Imprevisibilidade do Fluxo de Demanda: O Setor Técnico esclarece que, em razão das constantes variações na demanda e do caráter variável dos trajetos, não é possível estabelecer uma quilometragem mínima fixa. Essa característica decorre da natureza do serviço de transporte em saúde, que envolve reagendamentos frequentes e oscilações no número de pacientes atendidos. Tal imprevisibilidade impede que a Administração defina previamente uma quilometragem padrão, pois isso comprometeria a eficiência do planejamento e a economicidade dos recursos públicos.

Princípio da Vantajosidade: De acordo com o parecer técnico e com base na doutrina de Marçal Justen Filho, o conceito de vantajosidade envolve não apenas o custo econômico, mas também a adequação e qualidade do serviço prestado. Assim, a decisão de não fixar uma quilometragem mínima visa assegurar a prestação do serviço em condições de dignidade, salubridade e segurança para os pacientes, de acordo com os preceitos constitucionais de acesso à saúde.

Discrecionabilidade Administrativa e Ausência de Restrição à Competitividade: Observa-se que a ausência de especificação da quilometragem mínima não representa uma restrição à competitividade do certame. O edital respeita os



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão II

parâmetros legais e oferece condições de igualdade entre os licitantes, permitindo que todos proponham suas melhores ofertas, conforme preconizam os artigos 3º e 5º da Lei nº 14.133/2021. A discricionariedade da Administração, neste contexto, autoriza a fixação de exigências com base na conveniência e oportunidade, sempre observando os princípios da moralidade, impessoalidade e eficiência.

Análise do Pedido da Impugnante: Dado o contexto apresentado e com base nas alegações do Setor Técnico Requisitante, não se identificou qualquer elemento que comprometa o caráter competitivo do edital ou que justifique a necessidade de uma quilometragem mínima fixa. A formulação da proposta permanece viável para todas as empresas interessadas, que podem ajustar seus valores conforme suas políticas internas de precificação.

III. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no artigo 16º, parágrafo §1º, da IN SEGES/ME nº 073 de 30 de setembro de 2022, subsidiado pela manifestação do setor técnico requisitante, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** da Impugnação interposta pela empresa **BRASSING COMÉRCIO LTDA - ME** no processo licitatório referente ao Edital do **Pregão Eletrônico n.º 90.113/2024**, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, mantendo-se os termos do edital..

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 30 de outubro de 2024.

JONATHAN PINHEIRO CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matricula: 206.870